



NOTA TÉCNICA 11/2011

DATA: 08/09/11

ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2011

I – Conjuntura Econômica Brasileira.

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, o PIB registrou crescimento 0,8% na passagem do primeiro trimestre de 2011 para o segundo, na série livre de influências sazonais. A estagnação do primeiro para o segundo trimestre está relacionada aos resultados modestos dos setores industrial e agrícola. Se comparado ao mesmo período de ano passado, o PIB avançou 3,1%, impulsionado principalmente pelo setor de serviços.

No acumulado do primeiro semestre de 2011, o PIB nacional cresceu 3,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo o IBGE, esta é a taxa mais fraca para um primeiro semestre desde 2009, o ano da crise global. A taxa de elevação do PIB no primeiro semestre do ano passado foi de 9,2%.

Os dados apresentados configuram uma desaceleração do crescimento, ou seja, o crescimento permanece, mas a uma taxa mais baixa. São reflexos das medidas de aperto fiscal e monetário adotadas pelo governo a partir do fim de 2010, para combater a alta da inflação - aumentos de juros, compulsórios, IOF e corte de gastos fiscais.

Apesar de variação negativa de 0,3% em julho contra o mesmo mês de 2010, após dois meses positivos neste tipo de comparação, observa-se manutenção de índices positivos, mas com clara redução no ritmo de crescimento frente aos meses anteriores. A atividade industrial vem dando sinais de aumento no ritmo da produção nos primeiros sete meses. Segundo a pesquisa Produção Industrial Mensal (PIM-PF), do IBGE, a indústria avançou 1,4% em julho, sustentada pelo avanço da maior parte das categorias investigadas pela pesquisa.

No Estado do Rio de Janeiro, apesar da queda pontual em junho, a produção industrial manteve posição favorável em relação ao restante do país. A indústria de transformação acumulou crescimento de 3,5% em 2011, contra 1,7% da produção nacional.

A taxa de desemprego na região metropolitana, coberta pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME), sem ajuste sazonal passou de 5,3% em junho para 5,0% em julho, inferior aos 5,8% registrados em julho de 2010. Após atingir 7,0% em outubro de 2008, auge da crise internacional, a taxa observada não apenas recuou significativamente, como também atingiu o mínimo histórico para o mês de julho na série iniciada em março de 2002.

No que diz respeito à inflação, o IPCA variou em Agosto 0,37%, contra 0,16% em Junho. Com isso, o resultado em 12 meses seguiu avançando e atingiu 7,23%. O Acumulado do ano já supera com folga o apurado no mesmo período de 2010 (4,42% contra 3,14%).

Diante do cenário inflacionário, a política econômica nacional tem respondido, em geral, com medidas de restrição ao crédito e aumento dos juros básicos (SELIC), cujos principais efeitos recaem sobre os preços dos bens duráveis. No entanto, no final de agosto, foi anunciada queda da taxa básica de juros da economia para 12,00%. O Banco Central considerou que houve considerável deterioração no cenário internacional e que projeções recentes já apontavam para um recuo no crescimento da economia brasileira.

II – Reestimativa das Receitas Ordinárias do Tesouro e Receitas das Participações Especiais do Petróleo

Esta nota visa apresentar a revisão de receitas, evidenciando os excessos de arrecadação, buscando a compatibilização das respectivas dotações e receita prevista, ambas por fonte de recursos.

Nesta primeira sessão é apresentada atualização das estimativas de diversas receitas de competência do Tesouro Estadual. As reestimativas foram determinadas pelo desvio entre os valores realizados até julho de 2011 em relação à LOA, 1ª revisão de receita, a 2ª revisão de receita e a 3ª revisão de receita que estão ilustradas na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Reestimativa da Receita 2011 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita	FR	RECEITA 2010 (A)	LOA 2011 (B)	Nota Técnica 01 (C)	Nota Técnica 07-A (D)	3ª REVISÃO (E)	4ª REVISÃO (F)	Diferença (F-E)	Diferença (F-B)	Diferença % (F/A)
IRRF	00	1.491	1.478	1.580	1.580	1.613	1.656	43,0	177,3	11,0%
IPVA	00	1.417	1.565	1.490	1.579	1.579	1.579	-	14,1	11,4%
ITD	00	464	312	385	385	398	424	25,5	111,3	-8,8%
FECF	22	2.253	2.566	2.455	2.476	2.530	2.530	-	(36,2)	12,3%
ICMS	00	22.113	25.004	24.310	24.563	25.116	25.116	-	111,7	13,6%
Receita Financeira	01	239	116	116	153	169	249	80,0	133,5	4,1%
FPE	06	745	965	809	901	916	916	-	(48,9)	22,9%
IPI	07	582	900	742	799	799	799	-	(101,3)	37,4%
Demais Transf. União	01	79	82	82	82	82	82	-	-	4,8%
Lei Kandir	07	86	86	86	86	86	86	-	0,0	0,0%
Multas e Juros		555	309	309	267	316	316	-	7,3	-43,1%
<i>M.J. Tributos</i>		257	103	103	202	251	251	-	148,8	-2,3%
	00	245	97	97	195	244	244	-	147,1	-0,3%
	01	-	-	-	0	0	0	-	0,0	-
	22	12	5	5	7	7	7	-	1,8	-42,6%
<i>M.J. Div. Ativa</i>		295	205	204	63	63	63	-	(141,6)	-78,6%
	00	283	199	199	57	57	57	-	(142,0)	-80,0%
	01	12	6	6	6	6	6	-	-	-49,1%
	22	1	0	0	1	1	1	-	0,4	7,6%
<i>M.J. Outros</i>	01	3	2	2	2	2	2	-	0,0	-45,2%
Dívida Ativa		657	322	323	202	202	202	-	(119,4)	-69,2%
	00	589	312	312	184	184	184	-	(127,6)	-68,7%
	01	65	9	9	16	16	16	-	6,9	-75,2%
	22	3	1	1	2	2,0	2,0	-	1,4	-39,1%
Demais Receitas (Folha de Pagto)	01	16	34	34	773	773	773	0,4	739,5	4847,0%
Alienação de Outros bens Móveis	01	-	90	-	205	205	205	-	115,1	-
Dep. Judiciais tributários	90	6	100	40	40	40	40	-	(60,0)	528,4%
Ressarcimento de pessoal cedido	20	6	19	19	19	37	37	-	17,6	570,4%
Outros	01	466	93	93	84	81	85	4,0	(8,0)	-81,9%
Subtotal		31.195	34.041	32.874	34.195	34.942	35.095	153	1.054	12,5%
Superávit de 2010							303	302,9	302,9	
	01						204	204,4	204,4	
	06						62	61,6	61,6	
	07						37	36,9	36,9	
Royalties		6.412	6.076	5.877	6.431	6.798	6.955	157,7	879,7	8,5%
	04*	2.758	2.176	2.119	2.200	2.238	2.260	22,5	84,0	-18,1%
	10	3.654	3.899	3.758	4.232	4.560	4.695	135,2	795,8	28,5%
CIDE	26	90	102	102	102	102	102	-	-	12,9%
Total		37.697	40.219	38.852	40.728	41.842	42.455	614	2.236	12,6%

* A FR 04 inclui receita de FEP - Fundo Especial do Petróleo

1. **IRRF** – Reavaliado em mais R\$ 43 milhões ainda em linha com o aumento progressivo da folha de pagamento ao longo de 2011 e o terono dos pagamentos de precatórios com retenção de Imposto de Renda na fonte.

2. **ITD** - Crescimento de 25,5 milhões em relação a terceira revisão de receita. A reavaliação permanece inferior ao valor auferido em 2010, mas representa um crescimento de aproximadamente 19,3% se forem desconsiderados os valores extraordinários referente ao advento do REFIS (Lei 5.647/10), que gerou aproximadamente R\$109 milhões provenientes da regularização de débitos com o Estado.

3. **Receita Financeira** – Reavaliada em mais R\$ 80,0 milhões, considerando a projeção do Tesouro Estadual e os valores realizados até julho. Foram consideradas as receitas de atualização da receita do BERJ e

expectativas de: defasagem da recente redução da taxa SELIC (CDI, benchmark dos fundos) e melhor alocação de recursos (manejo de caixa).

4. **Royalties** – Reestimado em mais R\$ 157,7 milhões para o ano. Este aumento (acima da LOA em R\$ 880 milhões) se deve a elevação do preço do barril de petróleo no mercado internacional (+24,5% a previsão da LOA), que compensou as quedas na produção de petróleo de 6,82% e de gás natural de 12,47% em relação ao que estava previsto pela ANP. Cabe destacar que a partir de junho o campo de Lula iniciou produção gerando impactos na receita de royalties a partir de agosto. As projeções de receita de royalties levaram em conta os valores do Brent de US\$ 108 o barril e o câmbio a US\$ 1,59; conforme tabela 2.

Tabela 2: Parâmetros de Projeção das Participações Governamentais

Parâmetros	LOA 2011 (A)	Nota Técnica 01 (B)	Nota Técnica 07-A (C)	Nota Técnica 08 (D)	4ª Revisão (E)	(E / D) %
Brent (US\$/bbl)	83,5	86,00	90,00	105,00	108,00	2,86%
Câmbio (R\$/US\$)	1,83	1,70	1,65	1,60	1,59	-0,62%

Fonte: US Energy Information Administration (EIA) e relatório FOCUS (19/08/2011)

III - Alocação das Dotações no Orçamento Anual vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação.

A tabela a seguir apresenta a quarta revisão de receita detalhada por fonte de recursos, comparando a nova estimativa, realizada neste mês de setembro, com a dotação atual que considera as alterações orçamentárias até esta data.

A proposta da SEFAZ aponta uma receita estimada em R\$44,98 bilhões que, comparada ao valor disponível em Setembro (dotação atual menos valores contingenciados) aponta para um excesso total de R\$1,00 bilhão.

COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

COMPARATIVO DE DESPESAS E RECEITAS POR FONTE							Em R\$
FR	RECEITA PREVISTA (SET 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (SET 2011)	CONTINGENCIADO (SET 2011)	DISPONÍVEL (SET 2011) (B)	DIFERENÇA (A)-(B)	DÉFICITS/SALDOS COM SUPERÁVIT	
00	29.259.087.388	28.967.171.678	11.327.852	28.955.843.826	303.243.562	303.243.562	
01	1.418.273.356	1.388.634.393	-	1.388.634.393	29.638.963	29.638.963	
04	2.260.124.680	2.220.643.446	-	2.220.643.446	39.481.234	39.481.234	
05	349.711.419	352.465.831	-	352.465.831	(2.754.412)	(2.754.412)	
06	916.000.000	964.860.188	6.804.759	958.055.429	(42.055.429)	(42.055.429)	
07	884.836.036	986.155.579	39.154.945	947.000.634	(62.164.598)	(62.164.598)	
15	2.476.949.009	2.495.882.355	23.087.462	2.472.794.893	4.154.116	4.154.116	
20	36.960.006	19.404.000	-	19.404.000	17.556.006	17.556.006	
22	2.539.640.755	2.579.333.771	20.670.851	2.558.662.920	(19.022.165)	(19.022.165)	
26	102.874.936	102.114.632	-	102.114.632	760.304	760.304	
90	40.201.071	100.157.024	-	100.157.024	(59.955.953)	(59.955.953)	
95	3.515.560	3.780.000	-	3.780.000	(264.440)	(264.440)	
SUBTOTAL:	40.288.174.216	40.180.602.897	101.045.869	40.079.557.028	208.617.188	208.617.188	
10*	4.695.223.579	3.899.440.638	-	3.899.440.638	795.782.941	795.782.941	
TOTAL	44.983.397.795	44.080.043.535	101.045.869	43.978.997.666	1.004.400.130	1.004.400.130	

*Parcela Rioprevidência
POSIÇÃO SIG : 06/09/2011

Deve-se ressaltar que estão incluídos na previsão da fonte 15 a remuneração do retorno do FUNDEB no valor de R\$27,97 milhões e o superávit financeiro de 2010 no valor de R\$13,25 milhões.

III – Alterações nas Despesas Vinculadas à Arrecadação

De acordo com a previsão de receita apontada nesta nota, verifica-se então, que grande parte desse excesso de arrecadação s.m.j. deverá ser alocado em despesas obrigatórias. A título de contribuição apresentamos abaixo tabelas com sugestões de alocações.

III. 1 – RIOPREVIDÊNCIA

De acordo com a estimativa de receita proveniente de royalties estabelecida nesta Nota Técnica, sugerimos que sejam alocados no Rioprevidência R\$795.782.941,00 a conta de abertura de excesso de arrecadação, quando comparada com a dotação atual.

Em R\$

RIO PREVIDÊNCIA					
RIO PREVIDÊNCIA	DESPEZA PREVISTA (NOTA SET 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	4.695.223.579	3.899.440.638	-	3.899.440.638	(795.782.941)

III. 2 – PASEP

Em R\$

PASEP					
PASEP	DESPEZA PREVISTA (NOTA SET 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 00	267.003.214	269.142.854	-	269.142.854	2.139.640
FR 01	14.182.734	13.338.494	-	13.338.494	(844.240)
FR 04	68.309.346	66.869.097	-	66.869.097	(1.440.249)
FR 06	9.160.000	9.160.000	-	9.160.000	-
FR 07	5.480.808	6.849.468	1.368.594	5.480.874	66
FR 26	765.860			-	(765.860)
TOTAL GERAL	364.901.962	365.359.913	1.368.594	363.991.319	(910.643)

No PASEP há necessidade de descontingenciar o valor de R\$910.643.

III.3 – Índice da Saúde

Em R\$

SAÚDE					
SAÚDE	DESPESA PREVISTA (NOTA SET 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL	3.145.225.555	3.137.557.021	-	3.137.557.021	(7.668.534)
RP	805.570				(805.570)
TOTAL GERAL	3.145.225.555	3.137.557.021	-	3.137.557.021	(7.668.534)

Na tabela acima podem ser verificadas as diferenças, a serem corrigidas. Note-se que há uma despesa prevista maior que o valor disponível em setembro. Desta forma, aponta-se a necessidade de suplementar a dotação em 7,67 milhões.

III.4 - Transferências aos Municípios

TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS					
TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	DESPESA PREVISTA (NOTA SET 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 00	7.192.242.418	7.121.798.023	-	7.121.798.023	(70.444.395)
FR 00 DEA*	81.832.808	54.554.939		54.554.939	(27.277.869)
FR 04	351.564.063	320.782.167	-	320.782.167	(30.781.896)
FR 07	199.750.000	212.114.703	12.364.703	199.750.000	0
FR 26	25.528.658	25.528.658	-	25.528.658	(0)
Total	7.850.917.947	7.734.778.490			(128.504.160)

* Despesa Prevista (81.832.408)- Despesa empenhada(54.554.939) = 27.277.469

A previsão para o dispêndio com o PT dos municípios totaliza R\$ 7,85 bilhões, aí incluídos R\$ 81,8 milhões para despesas de exercícios anteriores, dos quais já foram pagos R\$54,5 milhões. Quando comparada a nova estimativa com a disponibilidade atual, identifica-se um déficit de R\$128,50 milhões que estão discriminados por Fonte de Recursos.

III.5 – Índice da Educação

Em R\$

EDUCAÇÃO E FUNDEB					
EDUCAÇÃO E FUNDEB	DESPESA PREVISTA (NOTA SET 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
PERDA LÍQUIDA	1.948.554.200	1.955.814.049	10.379.197	1.945.434.852	(3.119.348)
FR 00	1.806.241.918	1.767.420.888	-	1.767.420.888	(38.821.030)
FR 06	81.421.567	116.555.287	4.553.197	112.002.090	30.580.523
FR 07	60.890.715	71.837.874	5.826.000	66.011.874	5.121.159
RETORNO	2.435.728.045	2.443.324.568	11.618.843	2.431.705.725	(4.022.320)
FR 00	2.257.835.115	2.289.514.476	-	2.289.514.476	31.679.361
FR 06	101.778.433	73.449.472	2.251.562	71.197.910	(30.580.523)
FR 07	76.114.497	80.360.620	9.367.281	70.993.339	(5.121.158)
DEMAIS	2.168.286.436	2.141.590.185	-	2.141.590.185	(26.696.251)
RP	5.520.720			-	(5.520.720)
TOTAL GERAL	6.558.089.401	6.540.728.802	21.998.040	6.518.730.762	(39.358.639)

A tabela acima apresenta o impacto estimado da reavaliação de receita nas despesas com educação apontando para a necessidade de acrescentar mais R\$39,3 milhões à disponibilidade atual.

III. 6 – FAPERJ, FECAM, FAF E FEHIS

Na FAPERJ, FECAM, FAF E FEHIS há necessidade de se ajustar os valores disponíveis de acordo com a legislação em vigor, conforme tabelas apresentadas a seguir:

FAPERJ					
FAPERJ	DESPESA PREVISTA (NOTA SET 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	311.017.349	310.057.585	-	310.057.585	(959.764)

Em R\$

FECAM					
FECAM	DESPESA PREVISTA (NOTA SET 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	330.925.385	323.666.296	-	323.666.296	(7.259.089)

Em R\$

FEHIS					
FEHIS	DESPESA PREVISTA (NOTA SET 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL*	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	253.964.076	281.634.927	20.670.851	260.964.076	7.000.000

* CONSIDERADO O PT 3437 DE Recuper Região Serrana com ações de socorro

Em R\$

FAF					
FAF	DESPESA PREVISTA (NOTA SET 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	243.935.086	238.986.318	-	238.986.318	(4.948.768)

IV– Recomendações

As Tabelas abaixo apresentam as sugestões de alterações orçamentárias, considerando a necessidade de alocação do excesso de arrecadação nas vinculações constitucionais e déficits/saldos apurados por fonte, conforme revisão de receita desta Nota Técnica e nas anteriores:

1. FR 00

FR 00: SALDO R\$303.243.562,00

ALOCAÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
SAÚDE	7.668.534	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 00
	805.570	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 00 - RP CANCELADO
EDUCAÇÃO - PERDA LÍQUIDA FUNDEB	3.119.348	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 00
EDUCAÇÃO - RETORNO FUNDEB	4.022.320	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 00
EDUCAÇÃO - DEMAIS	26.696.251	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 00
	5.520.720	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 00 - RP CANCELADO
TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	70.444.395	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 00
	27.277.469	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 00 (DEA)
FAPERJ	959.764	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 00
FAF	4.948.768	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 00
PASEP	(2.139.640)	CANCELAR DOTAÇÃO (REMANEJAR ALGUM ÓRGÃO ACIMA)
SOMA DE COMPROMISSOS	149.323.500	
ALOCAÇÃO LIVRE FR 00	142.592.210	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 00
	11.327.852	DESCONTINGENCIAR FR 00

2. FR 01

FR 01: SALDO R\$ 29.638.963,00

ALOCAÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
PASEP	844.240	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 01
ALOCAÇÃO LIVRE FR 01	28.794.723	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 00

3. FR 04

FR 04: SALDO R\$39.481.234,02

ALOCAÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	30.781.896	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 04
FECAM	7.259.089	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 04
PASEP	1.440.249	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 04
TOTAL DE COMPROMISSOS	39.481.234	

4. FR 05

FR 05: DÉFICIT R\$2.754.412,00

ALOCAÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
EDUCAÇÃO - DEMAIS	2.754.412	CONTINGENCIAR FR 05
TOTAL DE COMPROMISSOS	2.754.412	

5. FR 06**FR 06: SALDO DE R\$19.503.071,00**

ALOCÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
GESTÃO DA DÍVIDA	19.503.071	ABRIR SUPERAVIT FINANCEIRO PARA COMPENSAR DÉFICIT DE FR 07 DA DÍVIDA
TOTAL DE COMPROMISSOS	19.503.071	

6. FR 07**FR 07: DÉFICIT R\$25.265.578**

ALOCÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
SALDO FR 06 DÍVIDA	19.503.071	COBERTURA PELO SALDO DE FR 06
GESTÃO DA DÍVIDA	(5.762.507)	DÉFICIT DA DÍVIDA A SER ATENDIDO COM EXCESSO DE FR 00 OU 01
TOTAL	25.265.578	

7. FR10**FR 10 - RIO PREVIDÊNCIA: SALDO R\$795.782.941,00**

ALOCÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
UO 1234 - RIO PREVIDÊNCIA	795.782.941	ABRIR EXCESSO DE ARRECAÇÃO FR 10
TOTAL DE COMPROMISSOS	795.782.941	

8. FR 15**FR 15: DÉFICIT R\$18.933.345,00**

ALOCÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
SEEDUC	4.154.117	DESCONTINGENCIAR FR 15(permanece contingenciado 18.933.345,00)
TOTAL DE COMPROMISSOS	4.154.117	

9. FR 22**FR 22: DÉFICIT R\$19.022.165,00**

ALOCÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
FEHIS	7.000.000	CONTINGENCIAR FR 22
TOTAL DE COMPROMISSOS	7.000.000	

OUTROS AJUSTES	VALOR	OBS
FR 22	(12.022.164)	CONTINGENCIAR FR 22

10. FR 26

FR 26: SALDO R\$760.304,00

ALOCAÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
DER	760.304	ABRIR EXCESSO DE ARRECAÇÃO
TOTAL	760.304	

V – Conclusões

A presente nota avaliou a receita a partir do valor realizado até setembro/2011 sob a luz das perspectivas da economia e da fiscalização tributária. Procurou, a título de colaboração com a SEPLAG, apresentar sugestões de alocações de recursos relativos às despesas obrigatórias, índices constitucionais e dos Encargos Gerais da SEFAZ.

Fernanda Stiebler
Assessora de Programação Financeira

Daniela de Melo Faria
Coordenadora de Programação Financeira

Renata Gomes Rimes de Almeida
Coordenadora de Relações Federativas e Transparência Fiscal

George Santoro
Subsecretário de Política Fiscal